CRISTINA ROBALO CORDEIRO
COORDENAÇÃO

TOLOGIA

FRANCOFONIAS EM DIÁLOGO

Dos anos 80
à atualidade

iu

AS LITERATURAS FRANCÓFONAS QUESTÕES, DEBATES E POLÉMICAS¹

Dominique Combe

Dominique Combe é Professor HDR na Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3 e ensina também literatura francesa no Wadham College, Universidade de Oxford, Reino Unido. É membro da equipa de investigação “République des Savoirs” (USR 3608 ENS/Collège de France/CNRS) e coordena o programa “Pensamento pós-colonial e teoria literária” do labex TransferS. Com Frédéric Worms, dirige o seminário “Literatura e filosofia, hoje”. A sua investigação centra-se na teoria literária e poética, na relação entre literatura e filosofia, poesia francesa moderna e literatura francófona.

Aimé Césaire, Cahier d'un retour au pays natal, Paris, P.U.F, 2014, é o seu último trabalho publicado depois de *Les Littératures francophones. Questions, débats et polémiques*, Paris, P.U.F, 2010 (reeditado em 2019). O excerto escolhido pertence à introdução em que o autor lança as bases da sua argumentação, esclarecendo o leitor sobre o que é a francofonia e as realidades que ela abrange, incluindo o facto cultural e histórico francófono, bem

¹ *Les littératures francophones – Questions, débats et polémiques*. Paris: PUF, coll. “Licence”, pp. 7-11.

como a difusão da língua francesa, sem esquecer a problemática filosófica entre língua e identidade.

Por detrás da palavra “francofonia” encontram-se realidades linguísticas discrepantes. O grau de conhecimento da língua varia radicalmente de um país, região, grupo social ou indivíduo para outro. Como podemos comparar a situação linguística em Genebra, Bruxelas, Montréal com a de Bamaco, Casablanca, Porto Príncipe? O que significa ao certo falar francês? E quem fala francês? Dada a diversidade das situações linguísticas, culturais e sociopolíticas, a palavra aparentemente neutra “francofonia” deve ser, portanto, usada obrigatoriamente no plural, porque as francofonias são necessariamente múltiplas. O mesmo é válido para as literaturas francófonas. O uso das expressões “francofonia” e “literatura francófona” no singular só faz sentido no contexto muito específico de uma oposição às outras -fonias: anglofonia, germanofonia, hispanofonia, lusofonia, arabofonia, etc. às literaturas de outras línguas: a literatura francófona *versus* a literatura anglófona nas Antilhas ou em África, por exemplo. A “francofonia” assim coletivamente entendida não diz diretamente respeito às “singularidades francófonas” (Jouanny, 2000) de escritores provenientes de países onde o francês não é nem a língua nacional, nem sequer a língua de comunicação, mesmo que seja apenas para as elites. É certo que Cioran escolheu renunciar ao romeno em prol do francês, mas ele vem de um país com uma tradição francófona coletiva, mesmo que o francês não seja a língua oficial. Samuel Beckett, Hector Bianciotti, Lorand Gaspar, que não são falantes nativos do francês, optaram por escrever em francês, tal como Joseph Conrad ou Vladimir Nobokov em inglês. Podem assim ser qualificados de “francófonos”, mas a escolha deles continua a ser rigorosamente individual e pessoal, não envolvendo uma comunidade de sujeitos. A verdade é que não existe propriamente uma francofonia irlandesa, argentina ou húngara, no sentido em que se

fala de uma francofonia haitiana, libanesa, suíça ou mesmo romena. O facto histórico e cultural da “francofonia” tem em si mesmo um duplo significado. Entre as grandes áreas geográficas de difusão da língua francesa, simplificando e esquematizando ao extremo, podemos distinguir o “Norte”, o mundo ocidental, onde a língua francesa se desenvolveu livremente (mesmo que se trate de colonialismo de povoação, como no Canadá), do “Sul” colonial e pós-colonial, onde a língua foi imposta pelo imperialismo europeu. As francfonias coloniais ou (pós-coloniais) resultam da exportação ou “dispersão” do francês para as Antilhas, a África, o Próximo-Oriente, o Oceano Índico e o Pacífico, e distinguem-se das francfonias “atávicas” (Glissant), que correspondem aos locais onde a língua francesa nasceu e se desenvolveu na Europa: França, Valónia-Bruxelas e Luxemburgo, Suíça romanda, e Vale de Aosta. A difusão do francês ultramarino provoca um encontro, e muitas vezes até um “choque” de línguas, o que cria naturalmente situações multilíngues em que o francês está em contacto com inglês, espanhol, crioulo, árabe, berbere, uólofe, mandinga, malgaxe, etc. As literaturas francófonas das Antilhas, do Magrebe e da África Subsaariana têm a marca óbvia de uma interação de línguas e culturas, num confronto por vezes violento. Decerto, as histórias dos dois mundos cruzam-se, encontram-se e interligam-se, mas produzem situações muito diferentes, que por sua vez dão origem a relações radicalmente diferentes com a língua e a cultura francesas, que têm uma influência decisiva na produção literária. Existe um abismo que separa o mundo francófono na Argélia, uma província árabe do Império Otomano quando foi conquistada pelo exército francês em 1830, e a Suíça romanda, onde se fala francês há tanto tempo quanto o francês existe, e que nunca esteve sob soberania francesa. As diferenças de situação são tão grandes que alguns críticos se questionam sobre a relevância da ideia de “francofonia” (ou qualquer outra *-fonia*, já agora) na aproximação das literaturas e culturas que por vezes são tão distantes. É o critério da

língua em que se baseia a própria ideia de “francofonia” que é assim posto em causa, uma vez que “a identidade não se limita à língua” (Quaghebeur, 1997). Para além do problema filosófico da relação entre a língua e a identidade, ou melhor, as línguas e as identidades, ao qual teremos de voltar, o facto é que as expressões “literaturas francófonas” e “francofonia” se impuseram, à custa de intermináveis mal-entendidos e controvérsias.

Após a conferência de Brazzaville em 1944, na qual o General de Gaulle, chefe do governo provisório de Argel, propôs uma evolução do estatuto das colónias em África, a constituição da Quarta República Francesa, em 1946, previa a criação de uma União Francesa que reunisse a França metropolitana e as suas colónias. Entretanto, por iniciativa de Césaire, deputado comunista na Assembleia Nacional e arquiteto da lei de “territorialização”, a Martinica e a Guadalupe tornaram-se “departamentos ultramarinos”. Sob a Quinta República, após o processo de independência que terminou com a Guerra da Argélia e os Acordos de Evian em 1962, tudo o que restava – pelo menos oficialmente – do antigo império colonial francês eram os departamentos e territórios ultramarinos, uma parte essencial que integra o território nacional.

Para a maioria dos novos Estados – com exceção da Argélia e do Vietname, ou da Guiné, que acusam Paris de “neocolonialismo” – coloca-se então a questão crucial das relações com a antiga potência colonial. De qualquer forma, a França ainda está presente através dos seus capitais financeiros, interesses económicos, comerciantes, funcionários públicos, professores – e sobretudo da sua língua. Sob o impulso de Senghor, Bourguiba e alguns outros, nasceu a ideia de uma comunidade de países francófonos, inspirada na Commonwealth britânica, ligados por uma história e uma língua comuns. Em 1969, a primeira conferência intergovernamental dos Estados francófonos reuniu-se em Niamey (Níger). A 20 de março de 1970, numa segunda conferência em Niamey, 21 países decidem criar uma Agência de

Cooperação Cultural e Técnica (ACCT), que se tornou na Agência Intergovernamental da Francofonia, e depois na Organização Internacional da Francofonia (OIF), em 2005. A OIF, que dispõe de um orçamento importante, financia ações para promover o desenvolvimento da língua e da cultura francesas e organiza uma cimeira de Chefes de Estado e de Governo “partilhando a língua francesa” de dois em dois anos (ver Poissonnier, Sournia, 2006; OIF, 2007). Estas instituições, apoiadas por numerosas organizações e associações (de parlamentares, jornalistas, advogados, professores, etc.), constituem a francofonia, de uma certa forma, dita “oficial”. O Quebec desempenha um papel decisivo neste projeto político internacional, mas, no estrangeiro, a comunidade é ainda amplamente percebida como uma espécie de “clube” de ex-colónias liderado pelo Presidente da República Francesa, que usa a sua influência nas reuniões internacionais. Devido às suas origens e à sua história, a Francofonia com letra maiúscula tem, portanto, um significado eminentemente político que tem alimentado todo o tipo de controvérsias desde a década de 1960, como demonstra o facto de que um país como a Argélia tenha recusado pertencer às suas instâncias durante muito tempo.

TRADUÇÃO E NOTA INTRODUTÓRIA DE

NICOLE ALMEIDA

Universidade do Porto